Landow, FH - discurso

ESTADO DE SÃO PAULO

FH defende a globalização no trabalho

8 ABR 1997

Leia a seguir a íntegra do discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de abertura do seminário internacional sobre emprego e relações do trabalho, em São Paulo.

"Senhor governador do Estado de São Paulo, doutor Mário Covas,

Senhor ministro Paulo Paiva,

Senhores ministros de Estado que se encontram aqui,

Senhores parlamentares,

Senhor presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Hermes Pressane,

Senhor diretor para as Américas da OIT, Victor Tounan,

Senhora vice-presidente do BID,

Senhor Fábio Magalhães, presidente deste memorial,

Senhoras e senhores,

No espaço de menos de 24 horas, é a segunda vez que eu me desloco para este conjunto do Memorial da América Latina, numa série de atividades que têm alguma conexão. Ontem, ao fazer a abertura da reunião a respeito da avaliação do que aconteceu depois da Cúpula de Copenhague, tive a oportunidade de me dirigir aos que estavam presentes, alguns dos quais estão hoje de novo, para expressar algumas preocupações e, quem sabe, alguns caminhos para que os países em desenvolvimento possam enfrentar os desafios da globalização e da possibilidade de um desenvolvimento econômico que insira a questão do desenvolvimento social, da eqüidade e da justiça de uma maneira integracionada e que não seja falsa, ou seja, que não fique sempre à espera de que o subproduto do desenvolvimento econômico seja o bem-estar social nem, ao contrário, imagine que seja possível haver bem-estar social sem que haja desenvolvimento econômico.

É, claro, são formulações bastante fáceis do ponto de vista genérico e extremamente difíceis quando se trata de uma prática efetiva de definição, porque em cada momento que se toma uma decisão, as implicações sociais ocorrem e vice-versa. Quando se toma uma decisão de investimento na área social, também há implicações econômicas. E é muito fácil, muitas vezes, ao que toma a decisão, avaliar as conseqüências de curto, médio e longo prazos. As pressões, muitas vezes, tumultuam a tomada de decisões, e sempre é assim, é natural até que seja assim. Mas é preciso que os setores responsáveis, tanto pelas políticas públicas quanto os setores responsáveis da sociedade civil se ocupem dessa interface entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, tenham parâmetros, tenham condição de poder definir objetivos de mais longo prazo.

Hoje, onde nós estamos, aqui, num encontro que o tema central são as relações de trabalho e a questão do emprego e é um seminário de caráter internacional, é natural que os senhores vejam de um ângulo direto, específico, essa mesma temática. De fato, o grande desafio e o grande processo que nos levam a repensar esses tópicos todos, inclusive as questões de emprego, passaram a ser considerados como se fossem o processo de globalização. Digamos de passagem que, muito do que se atribui à globalização, hoje com esse conceito — ou pelo menos se não é um conceito, para uns é uma ofensa, para outros é o apanágio de uma forma de desenvolvimento — muito do que se atribui a isso é um processo que já vem de longe e está enraizado nas formas de desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Mas estamos vivendo num novo momento de integração a nível planetário. Pode chocar-nos, mas é preciso que nós nos recordemos daqueles que — aqui todos, certamente — que leram seus livros de História, sabem que um dos primeiros momentos de grande desenvolvimento do capitalismo comercial foi precisamente quando houve o surto de descobertas e o que teve como conseqüência, depois nos séculos que se sucederam. E no século 17 já era muito nítido que nós estávamos passando por um processo de integração a um nível que já não era mais ao nível, nem local, nem mesmo um local um pouco ampliável, onde começaram a se consolidar as (...) nacionais, senão que havia todo um problema internacional.

Os que sabem dos efeitos da descoberta das minas de prata na Bolívia sobre a economia européia não ficarão surpreendidos de ver que, já naquele momento, os horizontes começavam a ser mais amplos e quem não entendesse o que estava acontecendo não era capaz de governar de uma maneira apropriada. E toda a discussão do mercantilismo vem daí, vem da questão de que começávamos a sentir que havia uma inter-relação econômica muito mais ampla que em nível imediato. E a descoberta de outras realidades deu origem às formas mais modernas de pensamento.

Os que tiveram a ventura de ler Montesquieu — e eu tive a obrigação de traduzi-lo para o português e, portanto, fui obrigado a lê-lo com certa atenção — sabem que, basicamente, o que constituiu o fundamento do pensamento moderno de Montesquieu foi o reconhecimento da pluralidade, que chamava da natureza das leis. As leis são afins com certas situações estruturais, sociais, e não se pode imaginar um sistema jurídico que seja um sistema jurídico independente das condições que o produzem. Isso foi conseqüência da descoberta do Novo Mundo e da variabilidade das culturas. E os que são mais afeitos à história do Brasil — à história das Américas — sabem o papel imenso dos primeiros viajantes que começaram a descrever outras realidades que não as européias. A visão eqüinocêntrica desaparece. Isso muito tempo depois vai dar lugar à antropologia.

Mas vamos deixar de lado esse pequeno esboço de acadêmico. A verdade é que não é um fenômeno novo o de ter se descoberto que existem correlações, que relações que não se esgotam no campo nacional e que têm um efeito muito mais amplo. E dependem de circunstâncias que se desdobram num nível planetário.

O próprio desenvolvimento, portanto, do processo capitalista e do processo produtivo do capitalismo rompeu as amarras de uma visão localizada. Isso tem vários momentos. No século 19, viveu-se de outra forma, um processo que tem alguma semelhança com o que se vive hoje, que também teve como base uma transformação do modo de produção, do modo de produzir — para não entrar em discussão de conceitos mais complexos — do modo como se fazia a produção. Todo mundo sabe o que aconteceu quando houve o desenvolvimento da manufatura e, depois, quando se passou da manufatura à grande indústria — título dos capítulos mais famosos do *Capital* de Marx, Da Manufatura à Grande Indústria. Que significou o que? Significou precisamente que foi dispensa de mão-de-obra, migração, inchaço da cidade, basta ler Dickens sobre Londres. E significou, portanto, também naquela época, não apenas um processo integrador, mas ao mesmo tempo desintegrador. E sabem também que houve uma primeira reação contra as máquinas. E custou muito tempo para que o movimento dos trabalhadores percebesse que, realmente, o progresso tecnológico equivalia a ser contra a possibilidade de melhorar a condição de vida dos povos. Ou se desenvolviam formas pelas quais o bem-estar pudesse ser compartilhado com camadas mais amplas ou simplesmente impedir que houvesse esse progresso significaria manter todo mundo numa situação estática e que como não era boa, continuaria ruim.

Pois bem, às vezes me parece que com a questão da globalização nós estamos numa situação semelhante. Muita gente pensa que porque existe um processo de globalização que tem aspectos destrutivos em certos aspectos, em certas questões que, ou se é contra a globalização então, que está se abraçando o progresso, ou se é a favor da globalização então se defendendo o (...). As duas posições estão equivocadas. Na verdade, a globalização é a conseqüência de uma reorganização dos mercados, da empresa como estrutura burocrática de comando e é um (...) tecnológica. A mais visível é a informatização, mas não é a única, a automação, etc., ela implicou também a dispersão do modo de produzir no espaço planetário. E a produção ao invés de ser uma produção que termine ela toda num só local, ela se complementa e leva a uma enorme ampliação da integração necessária para que seja possível levar adiante esse processo produtivo, com conseqüências tanto positivas quanto negativas.

Do ponto de vista de quem toma decisões, do ponto de vista do poder público, do ponto de vista dos setores da sociedade interessados neste processo, a pergunta não é saber se a globalização é boa ou é má, porque ela é um fato. Fato em si não é bom nem mau, é de que maneira nós reagimos a esse fato para tirar as vantagens maiores para que seja possível, ao mesmo tempo, haver progresso social e ampliar o bem-estar. A questão, portanto, não é ideológica, de pensar que, por um lado estão os que aceitam o mercado e são neoliberais, por outro lado estão os que recusam a isso e eu não sei como qualificá-los hoje. Não existe nem mais um adjetivo para qualificá-los. Essa questão é retórica, inútil, é perda de tempo. A questão é outra, é de que maneira nós aproveitamos os efeitos deste processo de forma mais construtiva, porque o processo está aí, ele existe mas não opera num vazio de instituições sociais, jurídicas, políticas e não dispensa, portanto, uma interação com as decisões que se dão no plano nacional.

O que é mais curioso nesse processo todo, na análise desse processo, é que existe, indiscutivelmente, um aspecto nessa questão da globalização que tem a ver com o que eu disse antes, no início, quando houve o grande primeiro desenvolvimento do capitalismo a nível planetário. Concomitante com ele, uma grande transformação tecnológica e uma grande transformação cultural e científica. O nome mais sucinto para dizer o efeito disso é o Renascimento. O Renascimento que significou um reposicionamento do pensamento, do papel da pessoa humana e um ímpeto grande na crença, na razão, e que começa a ter vigência já no século 16, mas que tem seu século de ouro no século 18, quando o Iluminismo passa a ser tomar, realmente, a expressão dessa nova organização, dessa nova vida que existia em um nível mais amplo. Portanto, há um certo tipo de ressurgimento de forças progressistas e ao mesmo tempo teve efeitos muito negativos no plano local.

Pois bem. Nós, aqui, hoje, queiramos ou não queiramos, gostemos ou não gostemos, vamos assistir, também, a uma revolução cultural que tem (...) com esse Renascimento. Eu disse isso algumas vezes, claro, quando (...) sua forma mais vulgar se imagina logo que eu estou aderindo a... Eu não estou aderindo a nada, eu estou simplesmente, que eu, infelizmente conheço pouco a literatura sobre a matéria, buscando mostrar que há um horizonte que se abre. E esse horizonte implica uma mudança muito profunda, no nosso caso até mesmo de padrões civilizatórios.

Bom, essa transformação está em marcha. Ela, como eu disse ontem, implica uma transformação muito profunda porque a distinção em que o local, a convivência específica numa região, a experiência compartilhada vivida naquele momento e o mais universal que normalmente implica um distanciamento, relações indiretas, que não são face a face, e que decorrem muito mais de relações contratuais, da existência de regras, essa começa a ter uma outra formulação, essa oposição. Por que? Porque nós, ao mesmo tempo, por causa do mesmo processo que levou à possibilidade da globalização no aspecto da produção econômica e por causa do mesmo processo tecnológico, existiu também uma modificação muito grande no que diz respeito às formas de comunicação. Essa informatização, a revolução da telemática, tudo isso, passou a fazer com que o universal pudesse ser vivido como local.

Se eu fosse falar hegelianamente — me permitam o esnobismo —, eu diria que é universal concreto, ou seja, nós hoje temos condições de em qualquer lugar em que estejamos, desde que haja os meios de comunicação, de compartilhar as experiências, embora (...) sem estarmos presentes, mas como se estivéssemos em situações que ocorrem muito distante de nós e leva, portanto, a necessidade de outro tipo de relação e de solidariedade com situações que no espaço são separadas. Talvez o primeiro impacto mais forte disso tenha sido na Guerra do Vietnã. Eu vivia nos Estados Unidos, um período, uma fase da Guerra do Vietnã, eu era professor por um tempo em Stanford. Bom, o impacto na televisão da Guerra do Vietnã — e a nossa vice-presidente do BID sabe disso —, foi um impacto terrível porque foi direto, foi imediato. Eu estava a milhares de quilômetros, mas foi imediato. Bem, isso faz com que todos os problemas — todos é exagero meu —, mas que muitos problemas hoje, que estariam esmaecidos por causa da distância e nós estaríamos todos só voltados sobre o nosso próprio umbigo, sobre nós próprios, hoje não possa mais ser assim. Automaticamente tem que ter uma, não é só a inteleção, mas o sentimento de alguma coisa que ocorre no plano mundial. Isso tem a ver com o nosso tema.

Isso tem a ver com o nosso tema porque nós vivemos aqui muitas vezes os efeitos do processo de globalização sobre a estrutura do emprego são vividos aqui com uma intensidade às vezes maior do que ocorre aqui, porque nós estamos incorporando a dimensão mundial à nossa experiência, e muitas vezes nos esquecemos que essa globalização, que isso, é um processo universal, ela só existe como concreto, como uma coisa imediata, na medida em que ela passa por uma filtragem que tem a ver com as instituições, com a ordem jurídica e com a ordem política de cada país.

Nós tendemos a analisar em abstrato os efeitos da globalização sobre o emprego e a criar expectativas de que eles são uniformizadores do mundo e não serão. E não serão por que existe a diversidade de situações sociais, situações jurídicas e situações políticas e de ideologias. Basta ver o que acontece nos Estados Unidos, o que acontece no Japão, o que acontece na Europa e o que acontece aqui. Os processos são diferentes, porque não ficamos muitas vezes, obscurecidos pela força do global, pela força do processo, digamos assim, produtivo que gera a globalização e tendendo também a fazer um reducionismo econômico, imaginar que já que é assim, a conseqüência social será automaticamente a mesma, e não será. É esse espaço, essa margem, é que permite as políticas. E o fato de nós podermos prever certas conseqüências de um processo de globalização nos permite, também, amortecê-las ou até desviarmos o curso delas.

Eu creio que esse é o desafio aos países que estão em desenvolvimento, diante da globalização e da questão do emprego. Não adianta ficar de braços cruzados lamentando um processo real. O que se tem que fazer é ficar com os braços apontando para o caminho do futuro e não simplesmente chorando um passado que não voltará ou indiferente a um presente que pode ser fatal, pode ser letal se nós não tomarmos as medidas necessárias. E para isso se requer compreensão e coragem. É claro, as conseqüências existem, os efeitos provocados pelo processo de integração a nível planetário, do modo de produzir, a necessidade imperiosa da atual etapa do desenvolvimento do sistema produtivo, do sistema capitalista que é o de aumentar a produtividade, é de intensificar a competitividade, são reais. E diante deles não adianta fazer como a avestruz e enfiar a cabeça na areia porque eles existem. Quem não perceber que é assim e não se preparar para enfrentar essa questão do desafio do desenvolvimento tecnológico, portanto da ciência e tecnologia, da educação, não só da população em geral, não adianta só a mão-de-obra, hoje tudo é sistêmico, ou existe um conjunto de processos educativos que permite a nação avançar ou não haverá possibilidade de um desenvolvimento produtivo de modo satisfatório.

Não se trata, portanto, mais pura e simplesmente, para um país em desenvolvimento, de pensar a fábrica ou a unidade de produção e os seus trabalhadores. Outra vez, isto é interessante, porque muitas vez, paradoxalmente, num momento máximo em que se imagina que é preciso aumentar a produtividade é portanto pareceria ser a volta do capitalismo selvagem, ou se tem uma sociedade, realmente, mais civilizada e mais sofisticada no seu conjunto ou esse capitalismo não vai avançar.

■ *Continua na página R12 (Classificados)*

Landow, FH - discurso

8 ABR 1997

É preciso criar e repartir riqueza, diz FH

■ *Continuação da página L1 (Empresas)*

E, portanto, a questão do bem-estar social passa a ser uma questão fundamental para a produtividade na empresa. Não dá mais para pensar, pura e simplesmente, que isso é uma questão do outro. Não. Isso é uma questão de cada uma, inclusive do empresário, inclusive do sindicato. O conjunto das políticas públicas e o grau de avanço médio global da sociedade passam a ser condições para a possibilidade de um desenvolvimento que permita uma inserção competitiva no mercado internacional. É um novo momento da história da humanidade. E mais ainda. As modificações são tão profundas. Eu tive oportunidade de escrever isso há uns dez anos, numa revista chamada, creio que chama-se assim, era (...) Felipe Gonzalez: O Socialismo do Futuro.

Nós fomos habituados a pensar as nossas sociedades contemporâneas e o sistema produtivo capitalista como um sistema baseado na exploração do homem pelo homem. E era, e continua. Entretanto, hoje, existe um processo, esse mencionado, das revoluções tecnológicas e da dispensa crescente de mão-de-obra, que se colocou um desafio muito mais dramático ainda. Existem segmentos na sociedade. E existem segmentos na própria estrutura internacional que não são sequer exploradas, nem exploráveis. E isso tem conseqüências, pode ser paradoxal dizer, ainda mais graves do que simplesmente quando são exploradas. Ao serem exploradas, têm a dinâmica da reação. De novo, a famosa dialética do senhor e do escravo, a dialética do patrão e do empregado, a visão que criou o século 19. E, ao não serem interessantes sequer para a riqueza e as camadas que não são (...) funcionais para o enriquecimento e os países que não são funcionais para o enriquecimento. O que será feito deles? Isso é uma realidade. É uma realidade que, do ponto de vista estritamente técnico, a necessidade da utilização da mão-de-obra em quantidade, proporcionalmente diminui.

E isso "libera" no pior sentido, da necessidade de ser explorada uma parcela da humanidade. E nós não temos respostas eficazes para isso. Nem no plano internacional, que é só visitar países africanos, é só visitar certos setores da sociedade latino-americana, para se ver que o drama maior muitas vezes é o drama de não ser nem explorado, ou seja, não estar integrado, a exclusão. E é a exclusão, não porque houvesse possibilidade de, com certas políticas, incluir, mas porque quanto mais se avança menos se inclui. É um tema, portanto é uma conseqüência extremamente negativa do processo de globalização, mas é uma realidade.

E nós não podemos ficar indiferentes a essa realidade. Ora, se isso é assim, nós nos países em desenvolvimento temos que prestar atenção à esses processos e descobrir modos e meios pelos quais se diminui, pelo menos, este processo. Pelos quais se busca algum mecanismo que leve a que as pessoas tenham sentido para o processo global de desenvolvimento econômico. E não é fácil. Mas existe isso, existem os que são, crescentemente, inimpregáveis. Não é que não tenham emprego, inimpregáveis por razões, por um lado pela falta de qualificação e pelo outro lado pelo desinteresse do setor produtivo mais avançado em empregá-las, são dispensáveis.

Eu me recordo nos anos 60 e 70, quando eu trabalhava na Cepal, havia uma grande preocupação sobre o que se chamava a marginalidade. Os mais sonhadores criaram até teorias da marginalidade. E havia a discussão que era sobre essa questão, sobre saber se havia funcionalidade ou não, se era (...) de reserva ou não. Enfim, conceitos teóricos. Hoje, não se discute nesses termos, mas o que era prática naquela época e que naquela época se imaginava que fosse conseqüência da falta de dinamismo do setor produtivo, hoje não se pode mais colocar nos mesmos termos, ou seja, com a ilusão de que basta dar dinâmica ao setor produtivo que ele vai integrar. Não será suficiente. Isso repõe a questão do Estado, das políticas públicas. Ou se faz uma mediação política, ou se se imaginar que as forças de mercado vão resolver o grande drama da exclusão, que agora num novo patamar é acelerado pela globalização, labora-se uma grande ilusão. É preciso refazer, portanto, o Estado, as políticas públicas, a relação entre a sociedade e o político para chamar a atenção para essas questões, de uma maneira objetiva e perguntar quem financia, como financia a possibilidade de diminuição da inclusão? E não à ilusão de que basta, pura e simplesmente, deixar que por si mesmas as coisas vão se resolver, porque por si mesmas as coisas vão se resolver, sim, para os que estão incluídos, mas serão proporcionalmente menos os incluídos do que os excluídos no decorrer do tempo. E essa é uma situação exclusiva.

Logo, ao contrário do que muita gente pensa, de que nós estamos assistindo hoje o triunfo do que aqui se chama, com injustiça, de neoliberalismo, na verdade nós devíamos assistir não é ao triunfo disso, mas é o oposto. Nós vamos assistir é a reelegência da necessidade de uma ação política concertada que reponha valores, que reponha a necessidade, como eu disse aqui, por causa dessa experiência (...) que você pode perceber, ao mesmo tempo, está acontecendo no mundo todo, valores de solidariedade e que repense as formas de atuar dessa maneira. Isso requer um novo sindicalismo, isso requer um novo empresariado e isso requer um novo poder público e nós não temos nada disso. Nós a que eu me refiro aqui é ao Brasil, porque eu não quero mexer com outros países, mas nós não temos nada disso. O novo sindicalismo envelheceu.

O que se passou é (...) as transformações que são necessárias. E a não perceber, nem todos, estou fazendo injustiça, há setores que percebem, mas há setores que não vêem que ou se muda o marco jurídico das relações de trabalho ou se vai aumentar a empregabilidade e se vai dificultar mais a inclusão. No setor público, muitas vezes existe a crença de que não corresponde mais a ele ocupar-se dessas questões e sim corresponde. E no setor privado, muitas vezes não há compreensão da necessidade de uma visão global nesse sentido, em que ou há o conjunto da sociedade que avança, da nação que avança em termos de educação, em termos de saúde, em termos de treinamento, etc., etc., ou não haverá possibilidade de prosperidade.

Requer sim, hoje, uma revolução cultural, de mentalidade, mas nós estamos passando por ela. Nós já estamos passando por essa revolução de mentalidade, mas é natural que no processo inicial dessa revolução as incompreensões sejam muitas e mútuas, e que se faça sempre oposição entre o Estado e a economia, entre a globalização e a autarquia, entre o progresso econômico e o progresso social, entre a absorção em tecnologia novas e o emprego, e essas dicotomias estáticas não ajudam a evolução nacional, não ajudam a definição de perspectivas adequadas para que (...) efetivamente, os problemas diante dos quais estamos defrontados.

E é indiscutível que na questão do emprego nós temos que, ao mesmo tempo, entender que haverá (...) noção de emprego e da noção de ocupação. Criam-se formas novas que tradicionalmente (...) consideradas de emprego, mas que dão ocupação e que serão crescentes. A mobilidade do capital é imensa, a da mão-de-obra é muito menor. Nós vamos ter que preparar a mão-de-obra (...) certa mobilidade, mão-de-obra latu-sensu para certa mobilidade. Mobilidade geográfica e mobilidade mental, capacidade de adaptação. Isso vai implicar uma reforma na educação, que já está em marcha, de tal maneira que a educação possa dar um amplo leque de oportunidades e que não se pense educação só como treinamento formal na escola, mas se pense educação como se pensa já hoje, como um processo interativo, contínuo dentro da fábrica, fora da fábrica, nos escritórios, nas televisões, no lazer etc. para que as pessoas tenham também as suas potencialidades como seres humanos, mais abertas e possam se defrontar com uma série de situações inovadoras e se adaptar de uma maneira criativa a essas situações inovadoras. Mas em qualquer circunstância, na relação de trabalho, é fundamental entender que o aumento da produtividade será o (...), não sei se diz assim em português, que impulsiona para o futuro, porque sem isso não haverá riqueza e sem riqueza não há bem-estar social. Não adianta só repartir a pobreza, é preciso criar riqueza e essa criação requer uma compreensão das técnicas produtivas que multiplicam essa riqueza. A questão não está na produção delas, mas como se distribui e como se inserem as populações nesse processo de distribuição. E a oposição de novo entre aqueles que cuidam da distribuição e aqueles que cuidam da produção é falsa, ou melhor, leva a impasses. Não adianta só distribuir, é preciso enriquecer. Não adianta só enriquecer, é preciso, ao enriquecer, distribuir. Fácil falar e dificílimo de fazer.

A tendência natural será, efetivamente, de concentração de riqueza e de concentração nas camadas de trabalhadores, de melhores condições de vida para aqueles que já as têm. E, ao contrário, uma inclusão cada vez mais modesta dos que nunca tiveram. E as políticas públicas têm que fazer o oposto, têm que criar condições para que mais pessoas tenham capacidade de participar criativamente do processo produtivo. De novo a questão da educação fica ligada à questão do emprego. Não é por acaso que no Ministério do Trabalho, e o ministro dirá no momento oportuno, os nossos programas que são, se contam hoje, em termos de gastos, pelo menos, em bilhões de dólares. Não milhões, nem centenas de milhões. Bilhões de dólares hoje no Brasil não são programas só de criar empregos, são de criar educação, são de treinar e dar oportunidades de aprendizado, sem os quais não haverá possibilidade de manutenção no (...) de trabalho.

Por outro lado, nós vamos ter que enfrentar a questão das relações jurídicas de trabalho. Em nenhuma circunstância será dado ao poder público dispensar da necessidade da proteção ao trabalho e do direito do trabalhador. Mas aí a questão estará muito a distinção entre o que é direito e o que é privilégio, entre o que é direito e o que é (...), do que propriamente sobre se deve haver garantias ou não, porque deve havê-las. Muito freqüentemente no nosso País, sobretudo nos setores públicos, se confunde o privilégio com o direito. E para manter o privilégio se fala em direitos quando, na verdade, nós temos que perguntar a fundo o que a sociedade pode oferecer como garantia para todos e não para alguns só.

Em toda a orientação de uma política de emprego, que não é só de emprego, que é uma política de refazer o homem para as circunstâncias contemporâneas, toda a preocupação tem de ser a da universalização. Acesso universal à educação, acesso universal aos bens da saúde que o governo possa oferecer, acesso à terra, mas nós temos que pensar em termos — e aí voltamos até o século 17 americano — estritamente democrático, ou seja, igual para todos. Ampliar e dar em igualdade para todos passa a ser condição da existência de uma sociedade capaz de ser competitiva e capaz de se inserir, sem se prejudicar, no processo de globalização.

É um desafio imenso e na hora concreta em que se for propor alguma mudança na legislação, não faltarão vozes a gritar que essa mudança é contra o interesse desse ou daquele. Pode ser que seja, e nesse caso tem que se refeita, mas espero que não seja, e nesse caso tem que ser apoiada. Se for um mecanismo pelo qual se abram mais possibilidades de uma inserção correta e competitiva e que não seja excludente.

Como tudo na história, não há soluções de antemão e não há garantias de que possa dar certo. As nações correm seus riscos. Os segmentos nacionais de cada categoria também. Os políticos também. E se não fosse assim a história não existiria, ou pelo menos não teria a graça que tem hoje, nós teríamos fenômenos naturais. Os fenômenos naturais não correm risco nenhum, ele ocorrem. Os fenômenos históricos, e nós pertencemos à uma porção da natureza que é histórica, nós criamos o futuro e, portanto, nós nos arriscamos a errar. Mas o maior risco é não arriscar, porque aí vamos errar mesmo, porque as condições do (...) estão mudando e se nós não nos arriscamos a enfrentar as mudanças, perderemos. Temos que correr o risco à condição de que seja boa fide, ou seja, de quem propõe o risco, faça-o de boa-fé. Assim como aqueles que defendem, qualquer que seja a posição, que o façam de boa-fé. Se nós entendermos que existe uma relação de boa-fé entre o empresariado e o sindicato do trabalhador, o governo, os empresários e os sindicatos dos trabalhadores, o governo e a sociedade, o risco continuará a existir. Podemos errar, podemos estar propondo coisas equivocadas, mas pelo menos teremos a consciência de que estamos fazendo o máximo, com empenho máximo para que as coisas dêem certo, e se for de boa-fé corrige-se quando há erro. O que não se pode tolerar, em benefício dos trabalhadores e da democracia e da sociedade moderna, é não fazer nada ou é simplesmente desqualificar o outro dizendo que o outro está querendo... julgando intenções. A história não julga intenções, julga fatos (...) existirem como fatos ou intenção, mas essa intenção, ou ela é aceita de boa-fé, ou quando do ponto de partida já se descredencia o outro com julgamento de intenções, não se tem condições sequer de buscar e, portanto, sequer de arriscar, no bom sentido, para construir alguma coisa nova e que tenha capacidade adaptativa.

Este é o desafio que nós todos estamos enfrentando. Claro, há fenômenos concretos, há o desemprego, há a precarização do trabalhador, há o fato de que, como eu disse aqui, crescentemente a criação é de ocupação e não de emprego e, portanto, há dificuldade na questão relativa, que sabe o imposto e, portanto, quem vai assegurar no futuro por exemplo a aposentadoria. Há uma série enorme de questões a serem enfrentadas que requerem criatividade, que não adianta, simplesmente, reiterar o passado, que requerem uma posição avançada.

Eu disse que o efeito uniformizador e desafiador da globalização vai ser vivido, concretamente, por cada país, de acordo com a sua situação local, com sua experiência histórica, com as suas leis, com a sua tradição de relações de trabalho, com o seu sistema político.

Na Europa, as taxas de desemprego são extremamente elevadas hoje. São extremamente elevadas em conseqüência de uma enorme rigidez no mercado de trabalho. E também é verdade — e eu próprio, há muitos anos, que vi um trabalho comparando a estrutura de emprego na Europa, América Latina e Estados Unidos — que, nos anos 60, a estrutura de emprego na Europa, comparada com a estrutura americana ou japonesa, era extremamente conservadora. A quantidade de trabalhadores do setor secundário, da indústria, era extremamente mais elevada. Estávamos todos, naquele momento, empenhados na criação do estado de bem-estar social, para proteger esse conjunto de pessoas.

Conseguiu-se. Hoje tem-se uma crise de proporções enormes, porque não se sabe como resolver a questão da Previdência Social, de como se resolver a questão de que as empresas, diante disso, rejeitam o trabalhador, desempregam, buscam técnicas que não absorvam trabalhadores. A questão, aí, não está só no sistema produtivo e na forma de acumulação de capitais. Está no sistema jurídico e na forma de reação da sociedade a esse desafio. Não é assim nos Estados Unidos, onde existem menos regras de rigidez do mercado de trabalho e onde existe uma mobilidade muito maior. Com muitos problemas, também de salários diferenciados, nos setores sindicalizados ou não, nos setores avançados da grande empresa ou não, com muitos problemas.

Outra é a solução no Japão. E nós, aqui, temos outras soluções, ou precisaremos ter outras soluções. Num país como o Brasil, onde se dispõe, ainda, de mais de 20% da população economicamente ativa no campo, não se pode deixar de considerar questões relativas ao trabalho no campo: a pequena unidade de produção, a unidade familiar de produção, o acesso à terra — qualquer que seja o nome que se lhe dê — agora, hoje, no Brasil, a palavra mágica é "reforma agrária". Ainda ontem eu dizia: mágica porque não foi analisada. Quando for analisada ver-se-á que é uma das soluções, e com muitos problemas. Mas ela tem que ser enfrentada, e tem que ser apoiada, porque nós temos uma população muito grande no campo, e a tendência, largada a si mesmo, no sistema produtivo, vai ser a da diminuição dessa população no campo e, portanto, da migração para a cidade e daí a existência de ocupação na cidade.

Então, a ação do poder público, juntamente com a sociedade civil deve, sim, ser a de garantir formas que estabilizem mais a população, que não é latifundiária e, por sorte, o latifúndio no Brasil, foi fundamente golpeado pelas últimas medidas tomadas, pedidas pelo governo e pela sociedade, e o Congresso aprovou. Questão de mais dez anos, menos dez anos, é nosso País. Mas é, também, um problema preocupante. Porque, com a globalização, nós vamos precisar aumentar mais esses fluxos. E para aumentar esses fluxos, nós temos que aumentar a produtividade. A qualidade vai se estabilizar. E, para que isso ocorra, haverá modificações das fábricas, haverá deslocamento parcial das fábricas, haverá perda de trabalho, haverá desemprego.

Claro, olhando globalmente, a taxa de desemprego, no Brasil, varia ao redor de 5,5% da população economicamente ativa. Pelas técnicas do IBGE, que são as únicas comparáveis com outros países. Na Espanha devem ser 12, 15, e por aí vai, na Europa. Nos Estados Unidos é semelhante à nossa. No Japão é menor que a nossa.

Isso não é por acaso. Isso é porque há instituições e situações sociais que permitem o ajuste diferencial. É claro que o ministro do Trabalho tem que estar de lupa, olhando a variação, a oscilação do que acontece, na força de trabalho, e o poder público tratando de criar condições para contrabalançar os efeitos destrutivos sobre o emprego, que essas tendências globalizadoras — globalizadora é um nome mau, não é isso, a globalização é conseqüência da revolução tecnológica e organizacional, e até mesmo da relação política, ela é conseqüência, não é causa. É que se julgam como se fosse causa. Mas, na verdade, temos que estar olhando para esses efeitos de uma maneira mais atenta e verificando, a cada momento, o que é possível fazer e também verificando como se pode flexibilizar sem criar problemas para o trabalhador, como se pode tornar mais flexível a relação jurídica, de tal maneira que a empresa não fique com medo de contratar, e que haja uma possibilidade de ajuste.

E nós não podemos mais, nos dias de hoje, imaginar que isso seja feito através de um fead, de uma ordem do governo. Isso terá que ser feito através de uma negociação. E negociação entre os trabalhadores e os patrões. Fica difícil. A cada instante, as forças negociadoras pedem a arbitragem do governo. A cada instante, nós somos instados a tomar posição. Nós temos, muitas vezes, vontade até de tomar posição e, muitas vezes, vontade, porque o coração bate pela maioria e não pela minoria. Mas se nós cedermos aos impulsos de "ajudar", ao invés de ajudar estaremos atrapalhando, porque é preciso que se crie uma relação mais autenticamente negociadora entre as partes em jogo, para que elas possam buscar os mecanismos que levem às acomodações necessárias para os ajustes que se fazem imperiosos.

E é claro que, no primeiro momento, sempre se pede que haja arbitragem do poder público, do Estado. Mormente num país como o Brasil, de tradição, pelo menos depois dos anos 30, de forte itnervenção do Estado na economia, de forte intervenção do Estado nas relações de trabalho, pede-se, a toda hora, a intervenção do Estado.

Eu me recordo que, como senador, eu propus um projeto-de-lei relativo à participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas. Hoje, é um sucesso. Levei anos sendo criticado pelos sindicatos, por alguns sindicatos, porque achavam que era isso errado, o que é necessário é que o governo decidisse qual era o pontante universal, geral dessa participação, ou seja, um aumento indireto de salário. Eu resisti. Nunca cedi nesse ponto. Não. Isso tem que ser negociado. Isso tem que ser feito, efetivamente, levando em conta, não só cada conglomerado empresarial, mas, às vezes, cada departamento das empresas, porque se pode pactar de forma diferenciada, porque, senão, eu crio um peso injusto, insuportável para as empresas, tem que se dar flexibilidade a isso.

No Senado, nós aprovamos a lei, porque tive o apoio do senador Marco Maciel, do senador Lobão. Fizemos um projeto conjunto. Foi para a Câmara e nunca foi possível aprovar, por oposição dos sindicatos, por sindicatos que fossem "progressistas", que não perceberam nada e se transformaram em reacionários naquele momento. Foi preciso editar uma medida provisória, no governo Itamar Franco, e, depois, eu reeditei no meu governo, com as características de um instrumento para levar à negociação e não para levar à imposição de um soldo-salário, diferenciado para todos e que não seria resultante de uma negociação efetiva, tomando em consideração cada situação específica.

Talvez seja essa a característica maior do desafio que nós temos. Existem, sim, essas enormes forças globalizadoras, uniformizadoras. Mas, precisamente, o que vai permitir um ajuste dinâmico é a flexibilização, é tomar em consideração cada situação. É paradoxal, mas é assim. Num mundo que mais se uniformiza, mais tem força a diferenciação. E cabe ao setor político, amplo sensu — e isso inclui sindicatos, partidos e governo e sociedade civil ativa organizada — entender essa dinâmica e buscar as formas específicas, que, através da diferenciação, permitam um ajustamento maior.

Mas, aqui — e é natural que seja — as forças de trabalho, os sindicatos temem que isso seja enganador e que, ou se faz uma medida geral, ou, então, é alguma coisa contra. Essa mentalidade tem que mudar, com experiência, com a demonstração por parte de todos de que, quando nós recusamos a uma medida generalizadora e queremos que ela seja diferenciada, é porque assim se ganha mais. E esse "se" é o trabalhador. Com a experiência, com o tempo, se chegará a essa, digamos, maior riqueza nas relações políticas e nas relações de trabalho. É impossível uniformizar num país do tamanho do nosso, que é um continente. É impossível. A não ser em detrimento de alguém. E, então, é injusto.

É necessário, claro, que o Estado, que o governo seja uma força equilibradora e que, por conseqüência, busque mecanismos para reorganizar aquelas áreas do país que não têm ainda, condições de dar aos seus trabalhadores as mesmas possibilidades que as áreas mais avançadas. Mas não é possível querer que se tenha as mesmas possibilidades, porque as situações locais não permitem e, aí, passamos a viver na ficção.

E, como eu tenho o hábito de falar muito, às vezes, me esquepo que tenho outras obrigações, senão a de estar num convívio tão agradável com os senhores, eu vou me limitar e mencionar só mais uma questão, que é ligada a essa que mencionei aqui.

A cada instante, quando se pensa em uniformização e quando o governo diz "Olha, não dá para uniformizar, porque, ao uniformizar, ao invés de ser uma vantagem para todos, vai se congelar o que está aqui, ou, então, assegurar só para os que já têm privilégio", a reação é intensa.

Deixemos o trabalho de lado, por um instante, e tomemos a educação. No Ministério da Educação, nós propusemos, na área da educação, uma modificação constitucional. Criamos o chamado Fundo de Valorização do Professor. O governo está empenhado — como em todas as áreas, mas nessa em especial — em dar acesso universal. E, portanto, numa revolução branca, como eu digo, no ensino primário no Brasil, ensino elementar, que nunca foi, realmente, tomado a sério. Sempre se falou, mas nunca se fez. Os recursos do governo federal iam quase todos para as universidades. A proporção era escandalosa. Nós mudamos isso. E, para mudar isso, mandamos uma emenda constitucional, e o Congresso aprovou, que vai ter vigência só no ano que vem, por razões políticas, mas no sentido de que criássemos um Fundo de Valorização do Professor.

Então, a proposta foi a seguinte: que o Brasil dispensasse, pelo menos em média para cada aluno 300 reais, 300 dólares por ano. Isso é, grosso modo, o mínimo considerado aceitável pelas organizações, tipo Unesco, que lidam com o problema. E que o salário do professor fosse o mesmo, ou seja